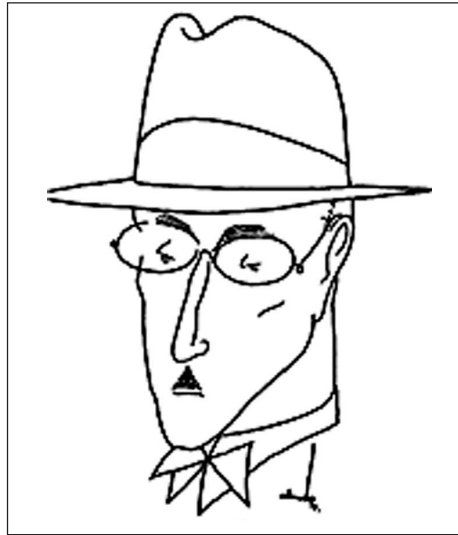


LITERATURA



PORTUGUESA

Os livros de linhagens medievais e a reconstrução da memória – as operações genealógicas nos nobiliários portugueses dos séculos XIII e XIV

José D'Assunção Barros*

As genealogias familiares desempenharam na Idade Média um papel de primeira instância para a reconstrução social da memória, notadamente no seio da nobreza feudal. Reconstruir uma lista de antepassados, de parentes e contraparentes, de relações entre um homem e os heróis ou traidores familiares que o precederam era inserir esse homem em um vasto sistema de valores e contravalores. Atrelar o indivíduo nobre a uma linhagem ou a um imbricamento de linhagens era não só lhe dar uma identidade, mas atribuir valores positivos ou negativos a esta identidade. Sob a pretensa iluminação de um ou mais pontos do passado, o indivíduo podia se ver imaginariamente investido de ares de herói ou de traidor, de realeza ou de vilania, de aliado ou de inimigo dessa ou daquela família socialmente prestigiada. A lista genealógica, enfim, era como que uma arma afiada, pronta para recortar o espaço social nobiliárquico conforme a conveniência dos seus manipuladores ou conforme os aspectos ideológicos mais amplos.

Nos reinos ibéricos dos séculos XI ao XIV, as genealogias assumiram ainda uma característica própria: deixaram de ser meras listas de casamentos e filiações para constituírem um gênero híbrido que misturava a *crônica* à *genealogia* propriamente dita. Assim, nessa espécie de texto, um tipo de “discurso genealógico” em forma de lista familiar

* Professor da Universidade Severino Sombra (Vassouras, RJ).

– que vai descrevendo passo a passo uma cadeia linhagística nos seus sucessivos desdobramentos –, vê-se, de momentos em momentos, um *discurso narrativo* interpolado à lista genealógica para pretensamente caracterizar o indivíduo ou a família descrita.

O presente ensaio buscará precisamente analisar algumas dessas fontes genealógico-narrativas que se tornaram tão características da Idade Média Ibérica – e mais especificamente os “livros de linhagens” que apareceram em Portugal nos séculos XIII e XIV –, com vistas a examinar as relações entre *narrativa*, *memória* e *história* do ponto de vista da constituição da *identidade* nesse grupo social bastante específico que era a nobreza. Será preciso, antes de mais nada, contextualizar cada uma dessas fontes genealógicas portuguesas, e é por aqui que começaremos.

Livro velho de linhagens, Livro do deão e Livro de linhagens do conde D. Pedro

O *Livro velho* é o mais antigo dos três livros de linhagens portugueses. Levando-se em consideração alguns dos acontecimentos mencionados no livro e promovendo-se um rastreamento cronológico de personagens citadas, sua datação pode ser estabelecida entre 1286 e 1290. Dessa maneira, o livro encontra-se inserido no período do reinado de D. Dinis – o que o torna contemporâneo de uma produção oral que circulava naquele paço trovadoresco e que incluía versões de algumas das próprias narrativas que aparecem no livro.

A redação do livro tem sido atribuída a um clérigo do Mosteiro de Santo Tirso – região próxima ao Porto –, em parte para exaltar a ascendência do conde Martim Gil de Riba de Vizela, que era o representante por linha feminina da tradicional família da Maia e que, muito possivelmente, encomendou o nobiliário. Além desse objetivo de cunho linhagístico, o livro teria sido redigido para apoiar as reações da nobreza senhorial contra as inquirições régias de D. Dinis, de 1284, e contra a sua intervenção no julgamento acerca da herança dos Sosas (Mattoso, 1993, p. 419). Por fim, como os demais livros de linhagens, o *LV*¹ vem atravessado por uma proposta de inclusão e exclusão de determinadas linhagens na categoria da “nobreza legítima”, e por isso deve ser avaliado também dentro das coordenadas sociais das demais famílias nobres beneficiadas pelos critérios de inclusão por ele utilizados.

¹ Neste ensaio, recorreremos às abreviaturas mais comumente utilizadas para os livros de linhagens e suas narrativas: *LV* – *Livro velho de linhagens*; *LD* – *Livro do deão*; *LL* – *Livro de linhagens do conde D. Pedro*.

Uma análise da forma e do conteúdo pode nos esclarecer algo sobre quais eram os principais ramos linhagísticos favorecidos pelo *LV*. Embora cerca de dois terços da obra tenham se perdido, chegou-nos um fragmento curto que se refere à família dos Maias e dos Sosas, e que se faz introduzir por um “prólogo” revelador das intencionalidades do autor e do âmbito da obra. Por aí, sabemos que o texto era originalmente dividido em cinco partes, dedicadas a famílias nobres do Entre Douro e Minho (Sousa, Maia, Riba Douro, Baião e Bragança), apesar de atualmente se conservar apenas o texto da primeira parte e do princípio da segunda.

Consoante essa estrutura, o *LV* pretende expor a ascendência da *principal nobreza* do país associando-lhe cinco grandes linhagens que, no século XII, eram as mais representativas da alta nobreza de Portugal. Representantes dessas linhagens ocupavam altos cargos políticos durante os reinados de Afonso Henriques e D. Sancho I. Contudo, no momento em que o livro foi escrito essas linhagens estavam em decadência e, na verdade, já começavam a ser definitivamente substituídas por outras, vistas como de nível inferior pelas linhagens mais tradicionais (Mattoso, 1985, pp. 311-2). Por outro lado, algumas dessas novas linhagens consideravam-se suas legítimas representantes, uma vez que se associavam àquelas tradicionais linhagens por via feminina, como era o caso dos Riba de Vizela, para os quais o livro parece ter sido redigido.

Em torno de um núcleo aristocrático formado pelas cinco linhagens tradicionais do Entre Douro e Minho, organizam-se, assim, os critérios de exclusão e inclusão do livro, que deixam de fora uma série de outras linhagens. Trata-se, por um lado, de legitimar as linhagens bastardas e secundárias que pretendiam se inserir em uma solução de continuidade com as cinco linhagens tradicionais. Por outro lado, trata-se de distinguir essas linhagens emergentes de outras linhagens também emergentes que disputavam o novo espaço social. A recuperação das velhas tradições das famílias mais antigas constitui-se, dessa forma, instrumento de autolegitimação e de demarcação em relação a outros grupos linhagísticos.

Por outra parte, as 175 famílias que aparecem no *LV* passam a ser “perspectivadas em função de um passado hispânico anterior ao da formação do Reino e ao da constituição da dinastia que nele exercia a realeza, fornecendo aos seus descendentes de finais de Duzentos a consciência de pertencerem a uma antiga e prestigiada comunidade peninsular” (Krus, 1994, p. 15). De fato, para associar a categoria “nobreza principal” às cinco linhagens pretendidas, o *LV* recua até

meados do século IX. Além disso, o historiador Luís Krus, que examinou em profundidade os nobiliários portugueses, associa o *LV* à “visão monástico-senhorial de um Portugal ibérico e rural” (p. 57).

À parte essas motivações que se combinam para a produção do *LV* no final do século XIII, nunca é demais lembrar que as narrativas interpoladas na listagem genealógica são extraídas ou reconstruídas a partir de uma tradição oral que, entre outros ambientes de difusão, tem nos saraus palacianos das cortes régias de Portugal e Castela um *locus* privilegiado de expressão.

Com relação aos outros dois livros de linhagens portuguesas – o *Livro do deão* e o *Livro de linhagens do Conde D. Pedro* –, apresentam-se inseridos em um contexto histórico-social bastante próximo. O *LD* deve ser considerado como uma das fontes para o *LL*. Pode ser mesmo que o *LD* seja um resumo da primeira versão do *LL*, hoje perdida.² Em todo caso, é certo que os dois livros são contemporâneos e associáveis a um mesmo momento sociocultural.

Estamos já no reinado de D. Afonso IV, no período imediatamente anterior à Batalha do Salado. A guerra civil de 1319-1324 havia dado expressão, algumas décadas antes, a um conflito latente entre o projeto centralizador de D. Dinis e um setor da nobreza interessado em conservar alguma autonomia senhorial. O pretexto, e ao mesmo tempo uma das razões do conflito, fora a ameaça de uma futura crise sucessória diante da qual D. Dinis parecia inclinado a propor para seu sucessor, em detrimento do infante Afonso, o filho bastardo Afonso Sanches. Parte da nobreza senhorial colocara-se ao lado do futuro rei Afonso IV, aproveitando a oportunidade para afrontar o governante centralizador e lutar pelos seus próprios interesses.

Com a vitória do infante Afonso, essa nobreza saíra moralmente fortalecida. Isso não significa que, após a morte de D. Dinis e alguns anos passados do entronamento de D. Afonso IV, não emergissem mais uma vez os conflitos entre o poder régio centralizador e os interesses de autonomia senhorial de parte da nobreza. De 1325 a 1343, o embate centralizador volta a estar na ordem do dia, em período mais ou menos coincidente com o de recolha de materiais, compilação e publicação tanto do *LD* como do *LL*. Diversos marcos assinalam a retomada do projeto centralizador sob o reinado de D. Afonso IV: 1325 – leitura

² A hipótese foi levantada por José Mattoso (1980). Posteriormente, A. de Almeida Fernandes pretendeu rejeitá-la (1990). José Mattoso replicou no verbete “Livro velho de linhagens” do *Dicionário de literatura medieval galega e portuguesa* (1993, p. 420).

e confirmação de privilégios; 1331 – reiteração da lei de 1317 suprimindo as “apelações ao senhor”;³ 1324, 1325, 1341, 1343 – textos legislativos anti-senhoriais (Gama Barros, 1945, p. 458).

Apesar disso, com as não muito distantes vitórias na guerra civil de 1319, a alta nobreza estava mais fortalecida do que nos reinados de D. Afonso III e D. Dinis, pelo menos no que se refere ao aspecto da afirmação da “identidade nobiliárquica”. Contudo, pode-se dizer que economicamente estava mais ameaçada. Enfrentava a ascensão de outros grupos sociais, inclusive mercadores que lhe emprestavam dinheiro e por isso podiam dominá-la; fora o incremento da economia de produção, que deixava em condições de inferioridade as senhorias (Mattoso, 1987, p. 54). É esse o contexto a ser considerado tanto para o *LD* como para o *LL*.

O *LD* foi redigido entre 1337 e 1340, a considerar a menção em seu texto a indivíduos que teriam vivido durante o fim do reinado de D. Dinis e no início do reinado de D. Afonso IV (a data do colofão é 1343). A isso se acrescenta o fato de que não há menção à Batalha do Salado, o que torna possível estabelecer, com alguma precisão, os limites cronológicos da compilação do livro. A cópia do *LD* de que hoje dispomos é do século XVII.

Do texto global chegou-nos apenas um fragmento que abrange cerca de dois terços das linhagens enumeradas no prólogo. O nobiliário teria sido copiado por encomenda de um deão desconhecido, o que implicou a designação do livro (é mencionado no colofão o nome do escriba Martim Anes). Tal como antes assinalamos, o livro estaria “relacionado com as reivindicações da nobreza senhorial depois da guerra civil de 1319-1324” (Mattoso, 1993, p. 420).

Os critérios de “inclusão nobiliárquica” do *LD* são mais amplos do que os do *LV*, contra o qual parece se constituir como uma *réplica* que pretende preencher as lacunas propositalmente deixadas por aquele. Para abranger um universo linhagístico mais amplo, o *LD* parte de trinta fidalgos que teriam vivido na época de Afonso VI de Leão e Castela (final do século XI), embora nos 23 títulos em que se reparte o livro nem todos cheguem a ser referidos.

A partir desse plano, a proposta é recuperar os descendentes desse núcleo pré-construído, o que estabelece novos critérios de inclusão e de exclusão nobiliárquica. Inclui-se, para além das velhas linha-

³ “É direito e uso e costume geral dos meus reinos que todas as doações que os reis fazem a algum, que sempre fica guardado as apelações para os reis e a justiça mor e outras coisas muitas que ficam aos reis em sinal e em conhecimento de maior senhorio” (Rodrigues, 1971, pp. 187-218).

gens exaltadas no livro anterior, o conjunto das famílias que nos tempos de D. Afonso III e D. Dinis atingiram o ápice social e que pouco ou nada apareciam no *LV*. Dessa forma, o número de famílias incluídas eleva-se a 423, ao mesmo tempo que para elas é invocado um passado peninsular com raízes nos tempos da conquista cristã de Toledo. Com essa *memória comum*, a identidade hispânica também passa a ser construída por oposição ao “outro europeu”.

O *LL*, embora inserido em um contexto sociocultural próximo ao *LD*, apresenta algumas singularidades notáveis. Algumas delas podem ser em parte associadas às próprias ambigüidades inerentes ao seu organizador. O filho bastardo de D. Dinis, o conde Pedro Afonso de Barcelos, é também presumido como o autor da posterior *Crônica geral de Espanha de 1344*. Pode-se hoje rastrear as etapas da produção do *LL*: entre 1325 e 1340, deu-se a recolha de materiais e fez-se a primeira redação; entre 1340 e 1344, procedeu-se a uma segunda redação (aquela que originou a versão de que hoje dispomos). A menção à Batalha do Salado (1340) e uma óbvia anterioridade em relação à *Crônica geral de Espanha de 1344* estabelecem com precisão esses últimos limites. Contudo, o texto que nos chegou foi ampliado por uma refundição entre 1360 e 1365 e por uma outra entre 1380 e 1383.

Falaremos inicialmente da redação original do livro. Por um lado, o *LL* se associa a uma motivação pessoal: por meio dele, o conde de Barcelos procurava projetar-se como nobre culto, francamente inspirado pelo modelo máximo de sabedoria de seu bisavô, o rei Afonso X de Castela, e de seu próprio pai, o rei D. Dinis de Portugal. Por outro lado, seu livro pretende ser um verdadeiro registro de identidade da classe nobiliárquica, tal como se coloca no próprio “Prólogo”, escrito pelo conde. Visa também às tensões que se verificavam no seio da nobreza, diante das quais o conde assume uma posição declaradamente conciliatória.

As tensões internobiliárquicas expressas no *LL* decorreriam de uma hierarquização cada vez mais complexa e do próprio jogo de alianças e oposições que se estabelecia em torno do poder régio. Atravessa o *LL* uma espécie de teoria da “solidariedade de classe”, construída em torno da noção de parentesco. O livro também procura consolidar uma hierarquização estabelecida, justificando-a ideologicamente, pelo que se coloca como um manifesto da nobreza em oposição a outros grupos sociais.

O *LL* apresenta algumas novidades de conteúdo em relação aos nobiliários anteriores. Amplia a sucessão das casas reais: descrevendo

as bíblicas, as da Babilônia, da Pérsia, de Roma, dos reis arturianos, de Castela, de Navarra, da França, e por fim de Portugal. Em seguida, ocupa-se das famílias nobres da Espanha – galegas, castelhanas e biscainhas –, e não só das portuguesas que foram objeto central dos dois livros de linhagens anteriores (*LV* e *LD*). Dessa forma, a nobreza é colocada como uma “nobreza da Espanha”, incorporando um caráter transnacional que reforça a sua autonomia em relação ao poder régio. Com essas inovações, o conde insere a genealogia portuguesa em um quadro universal e peninsular.

No que se refere à nobreza portuguesa, eleva-se para 776 o número de famílias fidalgas, o que implica uma ampliação dos critérios de inclusão nobiliárquica. Ao mesmo tempo, as linhagens hispânicas (castelhana, leonesa, galega, portuguesa) são apresentadas como provenientes de um tronco familiar comum às dinastias régias peninsulares, o que termina por remeter toda a nobreza hispânica a um passado visigodo.

É associado a um projeto de representação da nobreza, diante dos vários problemas sociais e políticos que a afetavam naquele momento, que surge o *LL*. No prólogo, fica bem claro o papel do livro como instrumento de formação e difusão de uma identidade de grupo perante outros grupos sociais, o que inclui uma prédica a que todos os nobres da Espanha reforcem entre si os laços de solidariedade.

Realizada essa contextualização inicial dos livros de linhagens, passaremos a examinar a sua peculiaridade enquanto gênero específico, marcado pela alternância entre a descrição genealógica propriamente dita e as narrativas de naturezas diversas.

Genealogia e narrativa

A alternância entre descrição genealógica e narrativa ocorre, singularmente, em cada um dos três nobiliários ou livros de linhagens portugueses que chegaram aos nossos dias, todos eles entremeando as partes genealógicas com trechos narrativos de diversos teores.

Consideremos, com vistas à compreensão desse caráter híbrido dos textos linhagísticos, um segmento extraído do *LL*:

Este dom Rodrigo Gonçalvez era de vinte annos, e com seu poder foi em muitas fazendas, e diziam por el as gentes que nunca virom taes vinte annos.

[Prossegue pelos descendentes de Dom Rodrigo Froiaz e de

Dom Rodrigo Gonçalvez de Pereira, seu neto, donde descendem os “Pereiras”, chegando por fim a dom Rodrigo Gonçalves.]

Este dom Rodrigo Gonçalvez foi casado com dona Enês Sanches. Ela estando no castelo de Lanhoso, fez maldade com uu frade de Boiro, e dom Rodrigo Gonçalvez foi desto certo. E chegou e cerrou as portas do castelo, e queimou ela e o frade e homees e molheres e bestas e cães e gatos e galinhas e todas as cousas vivas, e queimou a camara e panos de vestir e camas, e non leixou cousa movil. E alguus lhe preguntarom porque queimara os homees e molheres, e el respondeo que aquela maldade havia XVII dias que se fazia e que nom podia seer que tanto durasse, que eles nom entendessem alguma cousa em que possessem sospeita, a qual sospeita eles deverom descobrir.

Depois, foi este dom Rodrigo Gonçalvez casado com dona Sancha Anriquez de Porto Carreiro, filha de dom Anrique Fernandez, o Magro, como se mostra no título XLIII, dos de Porto Carreiro, parrafo 3º, e fez em ela dom Pero Rodriguez de Pereira e dona Froilhi Rodriguez. Este dom Pero Rodriguez de Pereira lidou com dom Pero Poiares, seu primo,... [e assim por diante] (LL 21G11).

O trecho em itálico corresponde a um segmento narrativo que interrompe o discurso genealógico simples: mera descrição de nomes, casamentos e descendências. O genealogista deixa de descrever exclusivamente as relações de parentesco e passa a narrar um pequeno caso que envolve o último indivíduo mencionado na lista genealógica. Pela narrativa, sabemos que o nobre em questão fora traído pela esposa adúltera, mas que também se vingou exemplarmente – não apenas dos amantes adúlteros, mas também de uma pequena população conivente com a transgressão.

A narrativa funciona então em múltiplas direções. Antes de mais nada, confirma a honra do nobre vingador, ajudando a delinear a sua personalidade e reafirmando seu valor no universo simbólico linhagístico. Isto ao mesmo tempo que deprecia a honra da esposa adúltera e, talvez, de seus eventuais filhos e netos (que aliás não são mencionados na seqüência genealógica). Como o nobre em questão foi casado uma segunda vez, vê-se na descrição genealógica que se segue algo valorizado no novo ramo linhagístico, por contraste com o primeiro ramo, manchado pela antepassada adúltera.

Ora, o ramo que parte do segundo casamento é precisamente aquele que vai desembocar na família dos Pereiras, patrocinadora de um refundidor do *LL* que, em 1382, introduz no texto a narrativa interpolada. Por aí é possível vislumbrar algo das motivações enaltecedoras e depreciativas de que pode vir carregado um relato como o que acabamos de examinar, mormente quando inserido em uma seqüência genealógica específica. Por outro lado, a narrativa talvez justifique uma violência praticada por um nobre contra toda uma aldeia (uma violência que terá efetivamente ocorrido ou uma violência que se coloca como passível de ocorrer no mundo imaginário). Mas, sobretudo, a narrativa transmite aos seus leitores-ouvintes um *exemplum* – um padrão de moralidade que fixa parâmetros cavaleirescos e estabelece interditos de várias espécies.

As interferências narrativas se apresentavam de modo diversificado nos nobiliários, constituindo desde comentários sobre o valor ou contravalor de tal ou qual nobre⁴ até trechos mais longos como o que acabamos de ler, chegando mesmo a narrativas de extensões consideráveis. Narrativas diversas aparecem em cada um dos três livros de linhagens portugueses, configurando, portanto, uma prática corrente de alternar o registro familiar restrito com relatos de menor ou maior dimensão e de naturezas diversas. Há ainda os casos em que um refundidor posterior interpola comentários ou novos segmentos narrativos em uma narrativa já estabelecida no documento original. Dessa forma, o próprio texto linhagístico converte-se em espaço para múltiplos enfrentamentos sociais e tensões implícitas.

Em que pese o valor inestimável dessas narrativas linhagísticas como fontes históricas, iremos abordar a partir daqui o papel não menos importante das listas genealógicas que, nos livros de linhagens, enquadram aquelas narrativas.

O que significa compor listas de antepassados? Significa, antes de mais nada, lidar com lembranças e esquecimentos socialmente produzidos. Na maioria dos casos, significa reconstruir lembranças e esquecimentos com vistas a uma sociedade específica, aos homens que a constituem, aos grupos em que estes se distribuem, às relações que entre eles se estabelecem. São os indivíduos, em sua obstinada ânsia por uma melhor inserção social, que produzem a sua memória fami-

⁴ O segmento genealógico que acabamos de examinar inclui de saída um comentário desse tipo, ao afirmar: “Este Rodrigo Gonçalves era de vinte annos, e com seu poder foi em muitas fazendas, e diziam por el as gentes que nunca virom taes vinte annos”. Em seguida, recomeça a descrição genealógica.

liar no confronto com outras memórias familiares. Manipulando lembranças e esquecimentos, com menor ou maior consciência, esses indivíduos, perfeitamente inseridos em uma complexa teia de interdependências, esforçam-se em trazer para a sua árvore genealógica o antepassado ilustre e em afastar discretamente o antepassado infame. Com muita facilidade convoca-se para o circuito familiar um contraparente distante que se notabilizou pelo heroísmo, e com a mesma facilidade esquece-se o traidor parentalmente próximo, o marido traído que não vingou cavaleirescamente a honra, a mulher adúltera que desonrou a linhagem, o clérigo devasso que deixou máculas no circuito familiar que agora se quer depurar.

Um livro de linhagens era na Idade Média Ibérica muito mais que uma listagem familiar: era o complexo imbricamento de muitas listagens familiares, portadoras de interesses diversos, e podia transformar-se, por isso, no palco de uma guerra de representações permanentemente renovada. Se o organizador do livro podia manipular os materiais para enaltecer ou depreciar as linhagens que tinha em vista, também os seus sucessivos leitores podiam produzir os seus próprios caminhos genealógicos a partir da listagem proposta, saltando esse ou aquele item e recuperando um outro, mesmo contra a vontade dos primeiros compiladores. Entre listas de nomes e narrativas interpoladas, muitos combates se travavam.

Algumas considerações se fazem necessárias. Um livro de linhagens não se propunha propriamente a ser uma história (no sentido medieval), uma crônica, ou ainda um anal. Se o nobiliário se colocava como um registro multifamiliar, pronto a registrar a genealogia e a história de várias famílias, também incorporava facetas pedagógicas, objetivos estético-literários (destinava-se muitas vezes, pelo menos no seu material narrativo, a ser lido para um auditório), e tranquilamente podia incorporar lendas e situações parcial ou totalmente fictícias. Por vezes, um personagem integrado à realidade literária do nobiliário não se localiza nas crônicas do período ou em outros documentos. Em alguns casos, o nobiliário cumpria até a função de preencher certas lacunas, recriando a história de algumas famílias.

Tratamos aqui de uma realidade imaginária que seguramente passava a fazer parte da vida e da memória de todo um circuito nobiliárquico, e mesmo da população como um todo. Os caminhos genealógicos recriados pelos nobiliários vinham de encontro a representações diversas ou passavam a representar uma realidade histórica muito viva para os nobres que, a partir deles, reconstruíam a sua

memória familiar. Sofriam tragicamente a existência de um traidor vassálico entre os seus antepassados, justificavam a si mesmos a presença de um mouro nas suas raízes familiares ou beneficiavam-se simbolicamente da inclusão de um herói entre os seus – fossem eles figuras parcialmente fictícias ou não. Em todo caso, a memória linhagística era, na maioria das vezes, alicerçada em situações concretas e registros vários, somente libertando-se para vôos mais fantasiosos onde havia lacunas que o permitissem. Com freqüência, passava-se de maneira imperceptível da lenda interpolada à narrativa, que era construída sobre bases mais conhecidas e em torno de figuras cuja existência podia ser comprovada historicamente.

Seria o caso, por exemplo, de uma das mais famosas seqüências do *LL*. A narrativa que mais tarde se tornaria conhecida como “Lenda de Gaia” envolve na sua primeira parte dois raptos entrecruzados. Apaixonado por uma princesa moura, ou pelas “maravilhas” que dela ouvira dizer, um rei cristão chamado Ramiro resolve raptá-la. Em contrapartida, o rei mouro que era seu irmão vingava-se raptando a esposa do monarca cristão. A segunda parte do relato aborda as aventuras do rei cristão no território inimigo, onde se utiliza de todos os estratagemas possíveis para reaver a mulher – para depois compreender que àquela altura a rainha já preferia o mouro que a raptara. Depois de punir exemplarmente a antiga rainha, o monarca cristão retorna ao seu reino e casa-se com a princesa moura, batizando-a e fazendo dela uma rainha da cristandade.⁵ Com essa princesa moura o rei Ramiro tem como filho o heróico Alboazar Ramires (depois alcunhado “Cide Alboazar”).

Mesmo que seja difícil comprovar os complexos antecedentes propostos pela “Lenda de Gaia” para Alboazar Ramires, a verdade é que esse personagem deixou uma notável descendência (registrada não apenas nos nobiliários), a começar por Trastameiro Alboazar. Este teria casado duas vezes, gerando duas linhas com seus filhos Fernão Trastamires e Gonçalo Trastamires da Maia. Com o último, chegamos a um dos pontos nodais de uma das mais notáveis linhagens de Portugal: os Maias.

⁵ Os interesses do refundidor de 1383 em enaltecer a linhagem dos Pereiras, particularmente a figura do Frei Álvaro Gonçalves (a serviço de quem empreendia o seu trabalho de compilação linhagística), leva-o a recuperar de maneira particularmente viva a aventura heróica desse antepassado lendário de seus patrocinadores.

Gonçalo Trastamires da Maia casaria com dona Micia Rodrigues, gerando Mem Gonçalves da Maia, pai de duas das figuras mais importantes da nobreza portuguesa: Sociro Mendes e Gonçalo Mendes da Maia. O último adquiriria notoriedade e se tornaria conhecido como “o lidador”, em virtude de suas inúmeras vitórias – tornando-se, ele próprio, uma moeda simbólica valiosa no mercado linhagístico de valores heróicos.

Se recuarmos mais uma vez até Gonçalo Trastamires da Maia, veremos que o seu já mencionado casamento com dona Micia Rodrigues também constitui um ponto importante. O editor-genealogista do *LL* faz questão de lembrar que dona Micia era filha de Rui Vermuiz, que seria tetravô do célebre “El Cide” através de seu outro filho Fernão Rodrigues.⁶ Nesse caso, o genealogista acabou exagerando na sua prática de forjar ênfases e relações familiares, ao recuar por um atalho genealógico até o avô materno de Mem Gonçalves da Maia, para daí encontrar, por meio do irmão de Dona Micia, mais um caminho destinado a relacionar os Maias e o Cide.

Um parêntese explicativo torna-se oportuno. Entre as antigas famílias condais portucalenses ou ibéricas vigorava em tempos primordiais uma estrutura cognática em que as mulheres desempenhavam um papel evidente. Contudo, a certo momento verifica-se a passagem para uma estrutura agnática privilegiando a linha paterna e a primogenitura. Se os dois primeiros nobiliários ainda têm os resíduos de uma ordenação parental do tipo cognático, o *LL* é redigido plenamente dentro da nova estrutura de pensamento linhagístico e, portanto, os caminhos maternos já são, a princípio, naturalmente secundarizados. Quando são exageradamente valorizados, é precisamente porque o autor do nobiliário está procedendo a uma operação genealógica destinada a enfatizar um aspecto que habitualmente passaria despercebido na orientação de leitura habitual.

Voltemos ao nosso emaranhado genealógico – que os autores dos nobiliários fazem questão de iluminar em alguns pontos e obscurecer em outros. Por que era tão importante para os compiladores do *LL* a assimilação do Cide à rede genealógica dos Maias e dos Pereiras?

⁶ O caminho completo até o Cide, a partir do filho de Rodrigo Vermuiz, aparece registrado em *LL* 8C4-7: Fernão Rodrigues seria pai de Elo, que, casada com Nuno Laindel, gerou Laim Nuniz, que por sua vez gerou Diego Laindel (pai do Cide Rui Dias Bivar). Note-se que esse atalho genealógico passa por uma linha materna a partir de Elo, o que já representa um desvio em relação ao caminho rigorosamente patrilinear.

O Cide é, antes de mais nada, o herói mais conhecido da Espanha. Em termos de valoração linhagística, a possibilidade de sua inclusão nessa ou naquela árvore genealógica torna-se uma das moedas simbólicas mais cotadas. Todos querem tê-lo na família, e muitas vezes isso se torna possível porque uma árvore genealógica é sempre uma construção. Basta lidar eficazmente com as lembranças e esquecimentos, recordando aqui um tio materno que foi tetravô de um herói importante, esquecendo ali o irmão em cuja descendência se encontra um traidor vassálico, convocando ou ignorando o irmão ou filho bastardo conforme o seu próprio valor simbólico ou o de seus descendentes. É dessas múltiplas operações genealógicas, eivadas de grandes intenções e pequenas mesquinharias, que vai sendo construída a genealogia de uma família. Um nobiliário constitui-se, de certo modo, do somatório e da recombinação de inúmeras operações genealógicas que atendem a interesses diversos.

As operações que trazem o Cide e outros heróis peninsulares para as várias famílias nobres são inúmeras. Assim, as netas do Cide deixam grande descendência de monarcas em toda a Europa, “em tal maneira que quantos reis ha hoje em Espanha e em França e em Ingraterra, todos vem del, e em outros reinos mais longe” (*LL* 8C8). O Cide torna-se matriz de toda a realeza européia! O herói Rodrigo Froiaz de Trastámara I – que muitos acreditam tratar-se de um personagem fictício, mas que tem plena realidade no discurso genealógico – é apontado em várias passagens como aquele “donde descenderom os reis de Portugal” (*LL* 21G6).⁷ Com isso, vêm-se valorizados todos os nobres que dele descendem, inclusive os “Pereiras”, que são os patrocinadores do refundidor do título XXI do *LL*.

Em outra passagem é o conde Monido, oriundo de um ramo godo da Itália, que, ao migrar para a Península Ibérica, torna-se o ponto de partida de um caminho genealógico que vai dar em Mafalda Manriquez, esposa do rei Afonso Henriques. Com isso, é do conde D. Monido que “descendem os reis de Portugal” (*LL* 7A). Desse valor simbólico régio beneficiam-se inúmeros caminhos genealógicos que se interpõem entre o conde Monido e a esposa do rei, ou que se esten-

⁷ Tal se consegue por meio de um recuo até um antepassado comum aos *Trastámaras* e à esposa de Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal. Percebe-se, portanto, que quando interessa ao genealogista, as linhas femininas são valorizadas; quando não interessa, são convenientemente desprezadas. O recurso ao recuo até um antepassado comum a dois pontos que se quer unir também é recorrente.

dem para mais além.⁸ Por sua vez, as figuras de Afonso Henriques e seus sucessores vêm-se beneficiadas por um passado romano, que remonta aos heróicos caminhos da Antiguidade, notando-se, pois, que os circuitos simbólicos de uma operação genealógica devem ser percorridos em múltiplos sentidos.

Existem dois tipos básicos de motivações que podem levar o genealogista a integrar essa ou aquela figura em uma operação genealógica. No primeiro caso, a figura introduzida *acrescenta* um valor simbólico ao esquema no qual se opera; no segundo caso, a figura introduzida *retira* ou *beneficia-se* de um valor simbólico que o esquema já traz por si mesmo.

Dito de maneira mais aprofundada, no primeiro caso a figura introduzida no esquema (através de uma ênfase ou de um comentário) é ela mesma a moeda simbólica forte, servindo para valorizar um descendente (ou pseudodescendente) construído pelos caminhos genealógicos ou para valorizar um antecedente construído de maneira similar, mas para, a partir daí, descer de novo ao outro descendente que se queria valorizar desde o princípio (o já mencionado recurso ao “recoo” conveniente). São moedas simbólicas fortes os heróis como o Cide, Egas Moniz ou Gonçalo da Maia, e não é à toa que os genealogistas freqüentemente os mencionam em uma relação, mesmo que indireta, com os nobres que pretendem valorizar.

No segundo caso, a figura integrada a um circuito linhagístico é precisamente aquela que quer (ela ou os seus descendentes) ser valorizada através da integração a um ramo nobiliárquico já simbolicamente forte. O nobre emergente ou o fidalgo oriundo de uma nobreza menor podem se ver tentados, através da pena dos genealogistas, a impor uma associação desse tipo.

Com uma ou outra dessas operações podem se unir dois pontos mais ou menos distantes de um vasto nobiliário, para benefício de um deles ou de ambos. Num e noutro caso, como já fizemos notar, o genealogista opera enfatizando caminhos, moldando lembranças e esquecimentos, tecendo comentários que chamam atenção para atalhos genealógicos que de nenhuma outra maneira seriam notados – sem

⁸ Uma das linhagens beneficiadas por essa operação é precisamente a dos Pereiras, patrocinadores de um refundidor de 1383 que acrescenta mais algumas operações genealógicas ao *LL*. Por sua vez, o genealogista do *LD* descobre outro atalho para associar os Maias aos reis de Portugal: “E Sueiro Mendes, o Bom, foi casado com dona Urraca, filha d’el conde Dom Moninho, irmão de sa madre da rainha molher do conde Dom Henrique de Portugal” (*LD* 6B3).

contar a interpolação de fragmentos narrativos que também atuam na construção. Ao fim de tudo – direcionado pelo editor-genealogista, mas manipulável pelos seus múltiplos leitores –, o vasto repertório coletivo de lembranças e esquecimentos que é um nobiliário mostra-se, nos limites de sua época, um inesgotável manancial para a reconstrução incessante da memória social. Para o historiador de hoje, adicionalmente, o nobiliário é um documento que permite entrever uma sutil luta de representações envolvendo homens concretos e imaginários, cada qual amarrado à rede dos seus descendentes e antepassados.

Referências bibliográficas

- FERNANDES, A. de Almeida. “Os livros de linhagens dos séculos XIII e XIV”. In: _____. *Homenagem de Lalim ao conde D. Pedro. A história de Lalim*. Lamego: Câmara Municipal, 1990.
- GAMA BARROS, H. *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Sá da Costa, 1945-1954, v. 2.
- KRUS, Luís. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994.
- LIVRO DE LINHAGENS DO CONDE D. PEDRO*. Ed. José Mattoso. Nova Série dos *Portugaliae Monumenta Historica*. Lisboa: ACL, 1980.
- LIVROS VELHOS DE LINHAGENS*. Incluindo o *Livro velho* e o *Livro do deão*. Ed. J. Mattoso & J. Piel. Nova Série dos *Portugaliae Monumenta Historica*. Lisboa: ACL, 1980.
- MATTOSO, José. “A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal (sec. XIII-XIV)”. In: _____. *Portugal medieval – novas interpretações*. Lisboa: Casa da Moeda, 1985, pp. 309-44.
- _____. *A nobreza medieval portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1987.
- _____. “Livro velho de linhagens”. In: LANCIANI, Giulia & TAVANI, Giuseppe (orgs.). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993.
- RODRIGUES, Maria Teresa Campos (org.). *Livro das leis e posturas*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1971.

Resumo

Este ensaio objetiva examinar as relações entre memória, história e narrativa através dos mecanismos constitutivos de identidade que transparecem nas genealogias portuguesas do período medieval. Os exemplos examinados são extraídos dos livros de linhagens portuguesas.

Palavras-chave: narrativas medievais · livros de linhagens · Idade Média portuguesa

Abstract

This essay intends to examine the relations between memory, history and narrative across the building mechanisms of identity that appears in the Portuguese genealogies of the medieval period. The examples examined are extracted of the Portuguese lineage books.

Keywords: medieval narratives · lineage books · Portuguese Middle Ages